



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 174/2022 - Gabinete do Prefeito
Assunto: Encaminha Veto ao PL nº 08/2022-CMI

Itaúna-MG, 02 de maio de 2022

Prezado Senhor **Presidente**,

Encaminho a Vossa Excelência as Razões do Veto ao Projeto de Lei nº 08/2022-CMI, que *“Dispõe sobre a isenção de pagamento de tarifas de água e esgoto do SAAE a imóveis e edificações atingidas por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no município de Itaúna e dá outras providências..*

Oportunamente, apresento-lhe protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna

EXMO. SR.
ALEXANDRE MAGNO MARTONI DEBIQUE CAMPOS



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
ITAÚNA-MG**

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 08/2022-CMI

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor **Presidente**, Excelentíssimos Senhores **Vereadores** e Excelentíssimas Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna,

Por razões de interesse público justificado, vejo-me compelido a opor veto total ao Projeto de Lei nº 08/2022-CMI, que “*Dispõe sobre a isenção de pagamento de tarifas de água e esgoto do SAAE a imóveis e edificações atingidas por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no município de Itaúna e dá outras providências*”, e o faço sob os fundamentos no artigo 82, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 137, § 1º, inciso I do Regimento Interno dessa Câmara, sustentando o seguinte:

O texto da proposição legal em comento esbarra em “vício de iniciativa” de natureza insanável, eis que a criação de lei que verse sobre a política tarifária compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

Por fim, há flagrante violação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000 e à legislação eleitoral (Lei Ordinária n. 9.504/1997), conforme doravante demonstrado.

Do Vício de Iniciativa

Ao Poder Legislativo é vedada criação de lei sobre a política tarifária de entes da Administração, sob pena de usurpar competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Nesse sentido, vale citar a jurisprudência abaixo colacionada, no âmbito do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em acórdão elucidativo no tocante ao vício de iniciativa apontado:

EMENTA: TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO - MATÉRIA NÃO TRIBUTÁRIA - RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA - LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO QUE ALTERA A POLÍTICA TARIFÁRIA ELEITA PELO GESTOR MUNICIPAL - IMPOSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DOS PODERES - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL CONSTATADA -



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

*PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. Os Tribunais Superiores pacificaram entendimento no sentido de que os serviços de água e esgoto são remunerados por tarifa, situação que inviabiliza a solução de eventual controvérsia em relação à matéria segundo regras de direito tributário. **Descabe ao Poder Legislativo a iniciativa de lei tendente a promover a alteração da política tarifária do serviço de água e esgoto eleita pelo Chefe do Poder Executivo, pois a iniciativa parlamentar deve se orientar pela independência e a harmonia**, sob pena de vulnerar o princípio da separação dos poderes contemplado no artigo 173 da Constituição Estadual. (TJMG - AÇÃO DIRETA INCONST N° 1.0000.12.058574-0/000 – rel. Márcia Milanez, data julg. 22/01/2014, Órgão Especial; data de publicação: 03/02/2014).*

Segue-se daí que a fixação e/ou alteração de tarifas, bem como as eventuais consequências advindas em razão de inadimplência é matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, verificando-se, *in casu*, invasão de competência e afronta ao princípio da harmonia e independência dos Poderes.

Ainda que concebível fosse a “isenção da tributação das tarifas de água e esgoto” pretendida, nos termos do Projeto de Lei em comento, tal matéria seria de iniciativa privativa do Prefeito.

Neste sentido É O ENTENDIMENTO PACIFICADO do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme se depreende dos inúmeros acórdãos abaixo colacionados:

EMENTA: ADIN. LEI MUNICIPAL. VÍCIO DE INICIATIVA. SERVIÇOS LOCAIS DE ÁGUA E ESGOTO. ATRIBUIÇÃO DO EXECUTIVO. PRESERVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. - O vício de iniciativa, forte na necessidade de observância e preservação do princípio da harmonia e independência entre os poderes, nos termos em que materializado ao longo da Constituição do Estado de Minas Gerais, implica na invalidade do diploma legal dele proveniente, que, portanto, em observância à supremacia constitucional, deve ter reconhecida sua inconstitucionalidade formal. - Por força da norma que, numa análise sistemática, emana dos artigos 170, 'Caput', c/c inciso VI, c/c art. 177, parágrafo 3º, c/c art. 176, c/c art. 62, 'Caput' e incisos, todos da Constituição Estadual do Estado de Minas Gerais, a iniciativa para deflagrar o processo legislativo referente aos serviços locais de água e esgoto é do Poder Executivo. (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N° 1.0000.11.017048-7/000 - COMARCA DE CONSELHEIRO PENA - RELATORA: EXMª. SRª. DESª. SELMA MARQUES - CORTE SUPERIOR - j. 09 de maio de 2012) Original sem grifos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS - INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA. A fixação e alteração de tarifas são matérias de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, implicando invasão de competência e afronta ao princípio da harmonia e independência dos Poderes, lei de iniciativa da Casa Legislativa nesse sentido(ADI. 1.0000.08.470577-1/000 (2) Des.(a) ANTÔNIO CARLOS



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

CRUVINEL. 20/11/2009). Grifou-se.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL.LEI QUE ESTABELECE OBRIGAÇÃO A LOCATÁRIO DE IMÓVEL. SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA. DESPESAS COM EXECUÇÃO DA LEI. MATÉRIA DE RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO. VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. PRECEDENTE. RECURSO DESPROVIDO Ofende a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da Separação de Poderes (CF, art. 2º), a proibição de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás, em grande medida submetidos também à incidência de leis federais (CF, art. 22, IV), mormente quando constante de ato normativo emanado do Poder Legislativo fruto de iniciativa parlamentar, porquanto supressora da margem de apreciação do Chefe do Poder Executivo Distrital na condução da Administração Pública, no que se inclui a formulação da política pública remuneratória do serviço público. 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3343, Rel. Min. Luiz Fux, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, DJe de 22/11/2011). (Original sem grifos)

Logo, a iniciativa legislativa neste campo – da política tarifária – é do Poder Executivo. A hipótese é de administração ordinária, reservando-se ao Poder Legislativo apenas o estabelecimento de normas gerais e diretrizes, jamais, porém, de atos pontuais e específicos. Eis aí a distinção marcante entre a missão normativa da Câmara e a função executiva do Prefeito, pois o Legislativo delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato.

A inconstitucionalidade da lei municipal encontra-se no fato de o Poder Legislativo invadir competência de matéria de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, malferindo o princípio inafastável (clausula pétrea) da separação dos Poderes.

Da Violação a Dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal

Além das razões supramencionadas, o vício de iniciativa torna-se ainda mais grave, pois diz respeito a matéria orçamentária, já que versa sobre o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda expressamente a renúncia de receita:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Consoante se verifica a partir da leitura do texto do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, acima transcrito, a concessão ou ampliação de benefício de natureza tributária (e/ou tarifária) da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

Não obstante o comando do dispositivo legal citado, em momento algum o Projeto de Lei nº 08/2022 prevê a obrigatoria estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente ao desfalque das receitas em razão da isenção do pagamento das tarifas.

Além disso, a proposta está desacompanhada de medidas de compensação, obrigatórias no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, seja, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, para fazer frente a isenção tarifária proposta.

Cumprе salientar que a ressalva constante do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal não autoriza a possibilidade de violação à separação dos Poderes, mediante a usurpação de função constitucionalmente atribuída ao Poder Executivo, pelo art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal, que confere ao Chefe do Executivo competência privativa para dar início a processo legislativo sobre matéria orçamentária.

Como é sabido, pelo princípio da simetria, o aludido comando do artigo 61, § 1º, II da Constituição Federal replica-se no âmbito do processo legislativo municipal.

Nessa esteira, vale pontuar que a proposta vulnera ainda a iniciativa privativa do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa e sobre serviços públicos (art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal).

Inconcebível assim, que lei oriunda de outro Poder que não o Executivo, disponha acerca das matérias constantes do rol cuja iniciativa é privativa do Chefe do Executivo, em arrepio à



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Constituição Federal.

Da Violação à Legislação Eleitoral

Além das transgressões à Lei de Responsabilidade Fiscal e do vício de iniciativa acima apontados, cumpre ressaltar que a proposição, embora justa, encontra mais um óbice na legislação eleitoral, já que concretizaria conduta tipificada entre as tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

Nessa toada, conforme se depreende do teor do artigo 73, §10, da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, “a suspensão da tributação das tarifas de água e esgoto”, pretendida pelo projeto de lei em análise, configuraria prática vedada:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

*§ 10. **No ano em que se realizar eleição, fica proibida a** distribuição gratuita de bens, valores **ou benefícios** por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (grifou-se)*

O Tribunal Regional Eleitoral decidiu caso análogo – o qual versava sobre norma que promovia isenção de espécie tributária – em que foi assentado entendimento pela impossibilidade de se conceder gratuitamente benefícios no período eleitoral, em realidade fática idêntica à da presente situação:

*ELEIÇÕES 2016 – RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO ELEITORAL – PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA PREVISTA NO § 10, DO ART. 73, DA LEI N. 9.504/1997 – CONFIGURAÇÃO – **CONCESSÃO GRATUITA DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM ANO ELEITORAL** – SUCESSIVOS DECRETOS MUNICIPAIS EDITADOS PELO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL – OFERECIMENTO DE **DESCONTOS PARA PAGAMENTO DE IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E PARA PAGAMENTO DE DÉBITOS EM ATRASO** – POSICIONAMENTO SEDIMENTADO PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – CONSULTA TSE N. 1531-69/2011 – JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS – IRRELEVÂNCIA – AFETAÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE OS CANDIDATOS – PRESUNÇÃO – MULTA APLICADA NO PATAMAR MÍNIMO LEGAL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (TRE/MT Representação 0600232-21.2018.6.11.0000. Desembargador Relator Ricardo Gomes de Almeida. Data de julg. 18/07/2018). Original sem grifos.*



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante do exposto, no caso em exame, há ofensa à separação dos Poderes, uma vez que o Legislativo, por lei de sua iniciativa, tratou de matéria afeta ao Poder Executivo, usurpando competência privativa do Prefeito.

Ademais, restaram igualmente violadas a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000) e a Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 (que estabelece normas para as eleições), conforme acima demonstrado.

Por essas razões e fundamentos, apresento veto total ao Projeto de Lei nº 08/2022-CMI, que *“Dispõe sobre a isenção de pagamento de tarifas de água e esgoto do SAAE a imóveis e edificações atingidas por enchentes e alagamentos causados pelas chuvas ocorridas no município de Itaúna e dá outras providências”*, diante do vício de iniciativa, da violação à Lei de Responsabilidade Fiscal e à legislação eleitoral.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências protestos de elevada estima e distinta consideração.

Itaúna-MG, 02 de maio de 2022.

Atenciosamente,

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna